



Data  
**16.Jul.2020**

N.º Proposta / Projeto  
**A094 R00**

Projeto  
**Edifício Torre do Relógio**  
**Mora**

Documento  
**Acessibilidades**  
**Memória Descritiva**

## **1. INTRODUÇÃO**

## **2. INDICAÇÕES TÉCNICAS**

## **3. CONCLUSÃO**



## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento de **Memória Descritiva / Especificações Técnicas** no âmbito do **Plano de Acessibilidades** visa tecer o enquadramento legal do proposto e descrever sucintamente as soluções adotadas para o projeto de **Alteração do Edifício da Torre do Relógio** sito na urbanização **Praça Conselheiro Fernando de Sousa, 7490-250 Mora**.

A intervenção consiste, sumariamente, na alteração de um edifício existente que é pertença do Município de Mora e no qual se desenvolvem vários serviços e atividades para a comunidade local. O projeto garante a acessibilidade universal, à luz do **Decreto-Lei 163/2006 de 8 de Agosto**, a todos os espaços fundamentais do edifício considerando um percurso acessível *(conforme exigido no ponto 2.1.1 do supra citado Decreto-Lei)* livre de obstáculos que permitirá a fácil circulação de pessoas com mobilidade condicionada em todo o edifício.

Tira-se partido das 3 entradas distintas do edifício (principal e 2 secundárias) por forma a garantir o referido acesso universal, nos termos da representação gráfica conforme Peças Desenhadas do Plano de Acessibilidades.

A transição e percurso altimétrico entre pisos (0, 1 e 2 / sótão) é assegurado por um elevador que ainda que não tenha as medidas mínimas interiores livres de cabine (1400x1100mm) conforme indicado na alínea 1) do 2.6.2 do Decreto-Lei, garante a possibilidade de acesso de uma cadeira de rodas na cabine com 1200x80mm. Esta situação é devida ao constrangimento existente no edifício referente aos seus elementos de suporte estrutural (abóbadas existentes) e a elementos de valor patrimonial que importa preservar (conjunto de mobiliário / estantes da Sala dos Livros).

Está prevista a instalação sanitária em cabine universal para pessoas com mobilidade condicionada conforme as normas vigentes na lei e são respeitadas todas as indicações técnicas do referido Decreto-Lei.



## 2. INDICAÇÕES TÉCNICAS

O projeto foi desenvolvido com base nas normas e indicações dispostas no **Decreto-Lei 163/2006 de 8 de Agosto** e dá cumprimento aquelas, garantido o referido percurso acessível e os demais aspetos que abaixo se enunciam:

- Acessos (principal e 2 secundários) a partir da rua com patamar de nível de chegada.
- Portas principais de acesso ao edifício, com largura útil superior a 0,87m.
- É garantida a capacidade de raio de diâmetro de 1,50m no átrio de entrada permitindo a rotação de 360° a uma pessoa de mobilidade condicionada em cadeira de rodas.
- Corredores e áreas de circulação com largura mínima de 1,10m.
- Portas interiores entre espaços com largura útil mínima de 0,77m.
- Instalações sanitárias garantido as dimensões mínimas exigidas e os aparelhos sanitários exigidos em situação de edifício público.

## 3. CONCLUSÃO

Face ao exposto, o projeto garante a acessibilidade universal ao edifício e dá cumprimento às normas e indicações técnicas do **Decreto-Lei 163/2006 de 8 de Agosto**, com a exceção assinalada e justificada às dimensões do elevador devido a constrangimentos do edifício existente.

Lisboa, 16 de julho de 2020

**A3A ARQUITECTOS ASSOCIADOS**

Arq. Tiago Filipe Santos

Arquiteto FA-UL

Pós-graduado em Construção e Reabilitação pelo IST-UL

Membro n.º 15494 da Ordem dos Arquitectos